

ACADEMIC

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE CERRADO

Nº 2 • OUTUBRO 2020



FACULDADE
CERRADO

— FACE - DF —



**FACULDADE
CERRADO**

JACQUELINE FIGUEIREDO

Graduada em Psicologia

Especialista em:

- Psicologia Clínica
- Psicopedagogia Clínica

Mestre Profissional em Educação Sexual.

SÓ ME RESTA SER PUTA? ENFRENTAMENTOS DA HETERNORMATIVIDADE EM UM PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PARA O TRABALHO

IS BEING A PROSTITUTE ALL THAT I HAVE LEFT? CONFRONTING THE HETERONORMATIVITY IN A TECHNICAL-PROFESSIONAL PROGRAM

Jacqueline Figueiredo*
Ana Paula Leivar Brancaleoni**

RESUMO: O presente estudo visa analisar o processo de inserção de uma adolescente transexual em um programa de formação técnico-profissional, o qual ocorre em um município no interior do estado de São Paulo. Adotou-se, pois, uma abordagem qualitativa de cunho cartográfico, por meio do qual uma das pesquisadoras acompanhou, registrou e interveio ao longo do processo de inserção. Constatou-se que as questões de gênero e do corpo em transição da adolescente promoveram esgarçamentos na heteronormatividade, ocasionando tensionamentos na estrutura e dinâmica do programa. Contudo, impingiu-se, à adolescente, a reposição da condição de exclusão já vivenciada em outros espaços. Ademais, a instituição não foi capaz de oferecer os aportes necessários de proteção psicossocial à adolescente e que, sem os mesmos, a sua finalidade não pôde ser garantida. Frente a essas ausências, cristalizam-se os abandonos, rupturas e solidificam-se as exclusões.

Palavras-chave: Aprendizagem para o trabalho; Transsexualidade; Processos formativos; Adolescência.

ABSTRACT: This study aims to analyze the inclusion process of a transsexual adolescent in a certified technical professional program, which takes place in a country town in the state of São Paulo. It was adopted a mapping nature qualitative approach, by means of which one of the researchers monitored, registered and intervened throughout the previously mentioned process. It was shown that gender issues and the individual's body transition disturbed the heteronormativity, which led to tensions in the dynamic and structure of the program. However, the adolescent experienced the recurrence of situations

* Mestranda em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Contato: jacpsico@hotmail.com

** Realizou pós-doutorado e doutorado em Psicologia na Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp). Contato: anapaulabrancaleoni@gmail.com

related to social exclusion, which had already taken place in other environments. In addition, the institution was not capable of providing all the necessary psychosocial protection to the adolescent, who consequently was not able to graduate. Due to the lack of all the resources quoted, abandonment and ruptures become evident, and thus social exclusion consolidates.

KEYWORDS: Learning for work; Transsexuality; Formative processes; Adolescence.

INTRODUÇÃO

Uma tarde como aquela... Poderia ser um dia de trabalho como outro - entremeado por dificuldades costumeiras e buscas de soluções para os problemas de grande monta enfrentados no cotidiano de um programa de formação técnico-profissional que prevê a inserção no mercado de trabalho de adolescentes entre 14 e 24 anos em situação de alta vulnerabilidade social -, mas não foi isso o que ocorreu. O que fora anunciado como uma situação de desligamento produziria um esgarçamento da rotina reposta, lançando-nos ao percurso cartográfico que o presente trabalho se propõe analisar.

Não se tratava de uma situação de desligamento “comum”, solicitada em decorrência da maneira como o trabalho era, ou não, executado pela adolescente. Nitidamente o que motivava a solicitação de desligamento era sua expressão e identidade de gênero, pois tratava-se de uma adolescente transexual. O seu jeito de ser afrontava os ditames heteronormativos reproduzidos dentro do programa de formação técnico-profissional que, até então, eram inconsultos e inquestionáveis. Essa tarde convocou a pesquisadora, também psicóloga do mesmo, a buscar compreensões acerca daquela situação. Nesse movimento, vários questionamentos se fizeram presentes, tais como: qual relação há entre o mundo do trabalho e a inclusão de adolescentes de identidade trans? Quais são os limites dessa inclusão/exclusão? Como as Instituições de aprendizagem ou programas que visam a inserção de adolescentes no mundo do trabalho lidam com as questões de gênero? Como uma inclusão pode se tornar mais um mecanismo de exclusão? A busca por construções de possíveis respostas a essas

questões perpassou pelo encontro com conceitos como a heteronormatividade e o heteroterrorismo.

Para Sefnner (2013), a heteronormatividade é uma enumeração de regras arbitrariamente estabelecidas por uma determinada cultura ou sociedade, que articula e determina como devem se estabelecer a coerência sexo, gênero e orientação sexual. Os modelos ditos “normais”, dentro dessa perspectiva, são entendidos como naturais, tornando socialmente os sujeitos que não se entendem dentro das categorias binárias homem-macho/ mulher-fêmea desviantes ou dotados de patologias. Amorim *et al* (2013) afirmam que os padrões em que estão prescritas as condições e as normas a serem vividas pelos nossos corpos e que ditam o certo ou o errado são expressos e exigidos pela heteronormatividade. Esses modos são tratados por toda sociedade heteronormativa como naturais e a-históricos.

A mesma heteronormatividade que inclui somente aqueles que se adéquam a esse sistema de normas pré-estabelecidas, violenta quem não se adéqua. A esse movimento denomina-se heteroterrorismo, dinâmica que reitera a reprodução do binarismo de gênero, excluindo e patologizando a diversidade das identidades não-binárias. Assim, o heteroterrorismo condena o desejo dissidente e transforma em patologias, ou algo “não natural”, as expressões sexuais e corporais que ultrapassam o previsto para o binarismo dos gêneros, ou seja, se você tem um pênis se espera que haja de acordo com o estabelecido do que seria homem, se você tem uma vagina, que responda ao socialmente previsto para uma mulher (BENTO, 2011).

A exclusão social é aqui tratada, conforme Sawaia (2017), como uma construção socio-histórica. Faz-se presente quando as necessidades, desejos, ações, significados e sentimentos próprios de cada pessoa, inserida em um determinado contexto social, são negados nas esferas sociais e/ou individuais. Conforme a autora, há uma relação dialética entre exclusão e inclusão social em que a primeira se efetiva por meio de uma inclusão perversa, em que direitos subjetivos e sociais são usurpados de pessoas e/ou grupos. Assim, há uma ambiguidade constitutiva na noção de inclusão social, tendo em vista que incluir se apresenta teoricamente como possibilidade de participação social, porém, sua efetivação ocorre a partir da coação e da imposição de adaptações,

tornando a inclusão um mecanismo de exclusão, ou, ainda, de manutenção do *status quo* e homogeneização da vida.

Diante do exposto, o objetivo da incursão cartográfica agora apresentada é analisar o processo de inserção de uma adolescente trans em um programa de formação técnico-profissional, tendo como ênfase os processos de exclusão produzidos e reproduzidos dentro do mesmo, assim como o vislumbre de formas de esgarçamento da reposição da heteronormatividade.

Destacamos que a adolescente se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade social e que sua presença no programa de formação técnico-profissional promoveu fissuras nas construções preestabelecidas acerca das questões de gênero no interior do mesmo. Sua permanência se baseava nas normativas reguladas pela Lei 10.097/2000 (BRASIL, 2000). Essa lei altera dispositivos da Consolidação das Leis do trabalho e inclui em seu texto considerações sobre as condições para a contratação de jovens com idade entre 14 até 18 anos. Segundo a referida legislação, os contratos devem vigorar para esses jovens apenas na condição de aprendizes, com vigência máxima de dois anos, tornando obrigatória a comprovação de frequência escolar, além do cumprimento de carga horária máxima de seis horas para aqueles que não terminaram o ensino fundamental, tendo garantidos todos os direitos trabalhistas. O programa de formação técnico-profissional compreende também a formação teórica em instituição educacional. A aprendizagem pelo trabalho faz parte de práticas que objetivam, teoricamente, o combate ao trabalho infantil, levando em conta uma formação integral (educacional, técnico-profissional e social) daqueles que participam da mesma (GONÇALVES, 2014).

A instituição onde essa pesquisa foi realizada possuía, no momento referente a esta análise, 384 aprendizes efetivados, sendo a garota aqui mencionada a única adolescente assumidamente de identidade trans. Destaca-se que, segundo o balanço do Ministério do Trabalho, 124.730 jovens foram contratados no primeiro trimestre de 2018, na condição de aprendizes. A relevância deste estudo torna-se ainda mais clara quando consideramos que hoje temos registrado mais de 3,3 milhões de aprendizes contratados desde o ano de 2005 (ASSUMPÇÃO; ASSUMPÇÃO, 2018), ano em que a lei que

regulamenta a aprendizagem foi efetivada, levando as empresas a manterem em seus quadros:

[...] o número mínimo equivalente a 5% de adolescentes e jovens por intermédio dos contratos especiais de trabalho. Como aprendizes, no período de até dois anos que pode durar o programa de formação técnico-profissional metódica, irão desenvolver a teoria e prática relacionada a uma ou mais ocupações referente à atividade econômica desenvolvida pelo empregador (GONÇALVES, 2014, p. 191).

Destaca-se que se toma por referência para se considerar adolescente o que é preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto sobre a Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Segundo o mesmo, a idade torna-se o elemento que separa uma criança de um adolescente, em seu Art. 2º: “[...] considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 1). A escolha do ECA como parâmetro se dá pelo fato de que a legislação que compreende a aprendizagem no trabalho está em consonância com o mesmo (BRASIL, 2000).

A garota trans contava com 16 anos quando ingressou no programa, ainda uma adolescente segundo as diretrizes legais (BRASIL, 1990). Vinha historicamente de um contexto de exclusão social, caracterizado pela baixa renda, pela família monoparental em que a mãe cuidava sozinha de muitos filhos e, principalmente, pela sua condição de pessoa que rompe com a heteronormatividade. Seu encaminhamento ao programa deu-se por denúncias de maus tratos e prostituição infantil. Considerando esse contexto, pactuar com o desligamento da jovem, pelos motivos alegados, seria também se alinhar ao processo higienizante, escamoteador de complexa trajetória de exclusão enfrentada dentro e fora da instituição? Sim, seria. E, por esse motivo, a decisão da psicóloga responsável pelo atendimento não foi pelo desligamento, mas sim pela manutenção de sua vinculação ao programa de formação técnico-profissional, não atuando mais em empresas e/ou organizações públicas externas, mas na própria cede administrativa e de atendimento psicossocial do mesmo. Ainda assim, as dificuldades se estenderam e, após oito meses, a garota “evadiu” do programa em questão.

Destaca-se que a Instituição onde a pesquisa foi realizada compreende um espaço diverso de profissionais, afetividades, com moralidades que prescrevem sujeitos constituídos sobre um modo social repleto de homogeneidades e condutas sociais já cristalizadas. Surge, desse carácter estacionário, a necessidade de construção de um território de pesquisa distinto do mesmo. Tal espaço enseja habitar a reflexão sobre a educação sexual nas instituições que lidam com adolescência, transexualidade, trabalho e aquisição de conhecimento técnico-mercadológico, simultaneamente. Nesse sentido, consideramos que o território em que se pretende a construção de caminho pressupõe o abandono de ideias preconcebidas. Impõe-se a necessidade de perspectiva em que, conforme Deleuze e Guattari (1997), esteja preservada a processualidade, assim como haja o abandono da funcionalidade pragmática, frente à valorização da expressividade contínua dos sujeitos, promovendo efeitos disruptivos nas compreensões cristalizadas. Tais aspectos tornam-se fundamentais para que se constitua um território de reflexão e de des/construção de conhecimentos.

Para refletir sobre as questões colocadas no início do texto, assim como promover um encontro entre o vivido e apreendido, o método cartográfico foi adotado visto que esse assume o próprio percurso enquanto elemento importante de produção processual de conhecimento. A construção de conhecimento ocorre junto com a experimentação, em que o fazer da ação acompanha o refletir sobre a mesma. Portanto, “para acompanhar processos não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos” (PASSOS, 2009, p. 13).

Nessa incursão, adotou-se observação participante, registrada sistematicamente em diário de campo. Além disso, foi utilizada a análise documental, em que foram incluídos os e-mails trocados entre os profissionais e as instituições que acompanhavam o caso, arquivados em prontuário institucional. Por fim, foram analisadas as produções realizadas pela própria adolescente, durante atividades educacionais, seguidas por comentários e reflexões registradas no diário de campo. O material engloba o período de oito meses, tempo de permanência da adolescente no programa de formação técnico-profissional.

Segundo Lourau (2004) e Hess (2010), o diário de campo é um mecanismo por meio do qual se realiza o registro da prática no momento em que estamos no exercício de realizá-las. O diário de campo possibilita a aproximação da ação com a reflexão, favorecendo o pesquisador a pensar outros modos de atuação, a partir da análise do material coletado. No caso desta pesquisa, tornou-se um princípio para a reflexão e problematização da violência direcionada à jovem, assim como da própria questão da sexualidade e do gênero dentro do contexto do programa de formação técnico-profissional em questão.

A análise de dados desenvolveu-se ao longo da construção das intervenções com a instituição e com a jovem, sendo a processualidade matéria própria da pesquisa-intervenção, assim como condizente à cartografia. A análise de uma pesquisa-intervenção dispensa procedimento específico, pois considera-se que a análise se dá a partir do desenvolvimento do problema da pesquisa-intervenção, orientada pelo desencadeamento do mesmo (BARROS; BARROS, 2013). Nesse sentido, compreender os processos institucionais vivenciados pela jovem e sobrepostos a ela, tendo como apoio a observação desses processos, permite-nos realizar a análise de sua exclusão travestida de inclusão institucional.

As informações aqui apresentadas respeitam o sigilo reservado à profissão do psicólogo. Os nomes usados nesse trabalho foram substituídos por nomes fictícios, preservando a identidade dos sujeitos e da instituição. Aqui apresentamos Helenah, adolescente de identidade trans que nos convidou às presentes análises e reflexões. A partir da análise dos dados, chegou-se a dois eixos através dos quais serão apresentados e discutidos os resultados, a saber: reproduções da heteronormatividade, e afrontamentos e esgarçamentos produzidos no cotidiano institucional.

UM CORPO NA INSTITUIÇÃO: REPRODUÇÕES DA HETERONORMATIVIDADE

De Otávio, nome de registro, a Helenah, nome escolhido por ela, tem-se uma trajetória e muitas histórias. Uma delas tem início no meio da tarde, em

que a pesquisadora, que também trabalhava na instituição, recebeu em sua sala a adolescente em situação de desligamento do programa de formação técnico-profissional. Sua presença, naquele momento, foi atravessada por questionamentos. Quem seria essa pessoa? O que ela anunciaria, denunciaria, traria à luz?

Otávio era o nome que constava no prontuário enquanto registro de nascimento. Contudo, frente aos olhos, apresentava-se um corpo vestido com sutiã, brincos, batom, o cabelo crespo penteado com um coque alto. Sim, era uma adolescente de identidade trans, trazendo em seu prontuário um e-mail impresso. Como motivo de desligamento, o fato de “*apresentar comportamentos inadequados*”. Qual a sua inadequação?

Destacamos aqui as contribuições das teorias Queer, que nos ajudam a pensar a questão da “*inadequação*” atribuída como mote para a expulsão da jovem do programa de formação técnico-profissional. As teorias Queer singularizam os gêneros dissidentes, representados pelas pessoas que vivem sua condição de orientação sexual e de identidade de gênero de maneira diferente da proposta pela heteronorma, provocando-nos a superar olhares estereotipados e estigmatizantes. Miskolci (2014) afirma que a construção de uma teoria Queer é parte de uma estratégia teórica, que surge intencionalmente para contestar o modo como são integradas à sociedade os gêneros binários, seus poderes normativos e regulares, que instauram um regime político-social e mantêm a ordem imperativa, em que somente a partir da adequação a essa mesma é que uma pessoa pode ter garantidos seus direitos políticos, culturais e econômicos. A palavra Queer “pode ser traduzida por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. A expressão, em sua origem, constitui-se como referência pejorativa a homens e mulheres homossexuais” (LOURO, 2001, p. 546). Contudo, a palavra utilizada de forma pejorativa foi reapropriada pelas sexualidades dissidentes, sendo invocada, repetida e ganha força na delimitação de lugar de resistência declarada à heteronormatividade (BUTLER, 1999).

Assim é também a vivência de um gênero que está em processo de des/construção. O gênero trata-se de uma construção social estabelecida a partir de poderes e leis que limitam as existências às categorias binárias

homem ou mulher. Helenah deparou-se, na instituição, com os ditames heronormativos colocando-os em xeque, como se pode observar em um dos textos que ela escreveu na capacitação educacional:

“Aqui, vou falar, eu gosto de vestir as roupas assim. Cada um é de um jeito. Eu sou diferente também. Eu gosto de ser diferente e de colocar coisas de mulher e abalar”.

Butler (1999), em seu livro Problemas de Gênero, refere-se a um regime de inteligibilidade binário de identidades, no que se refere ao gênero. Assim, são inteligíveis apenas os seres que repõem o previsto pelo regime. A dissonância e não enquadramento à inteligibilidade existente resulta em vivências de preconceito, incompreensão e violência. Helenah reconhecia o movimento de pressão para que se adequasse à inteligibilidade binária dos gêneros e sofria com isso. Como ela diz em uma das conversas que foram transcritas para o diário de campo:

“Se você tivesse que ser uma coisa que você não é você ia gostar? Não né? Eu também não gosto disso...”

“Lá no curso todo mundo me olha estranho, sabe. Eu não gosto. Fica parecendo que sou de outro planeta. Se você pergunta pra qualquer pessoa elas vão te falar”.

Helenah apresentava em seus gestos e vestimenta alguém que não se enquadrava nos padrões heteronormativos. Com seu corpo fora da conformidade heterossexual, em plena transformação e aberto às experimentações de gênero, ela passou a ocupar um lugar de estranhamento e contestação, demonstrando claramente uma insubordinação à heteronorma. Como poderia alguém não estar dentro do ser homem ou do ser mulher? Butler (1999, p. 154) afirma que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”. Conforme a autora, para que as normas regulatórias possam exercer seus efeitos, precisam ser constantemente reafirmadas, promovendo sua condição performativa, na medida em que carrega em si mesma o poder de produzir e reeditar as normas dos gêneros sob a perspectiva heterossexualidade

compulsória. O conceito performatividade, emprestado da linguística, designa uma linguagem para se referir aos corpos que no instante mesmo de sua nomeação – homem, mulher, trans – se investem de características socialmente construídas, produzindo ao mesmo tempo o corpo e o sujeito (BUTLER, 1999). O fato de ser uma adolescente trans era inadmissível dentro de dinâmica institucional. Como se constata no e-mail enviado pelo primeiro local em que a jovem esteve trabalhando nos três primeiros meses após a sua contratação e registro de prontuário:

“Solicitamos o desligamento do programa por conta de que o jovem tem comportamento inadequado para o trabalho”

“A empresa solicita do jovem a utilização de uniforme de modo correto, bem como de uma conduta cerceada dos gestos e da fala”.

“A jovem foi transferida para outro setor, sendo retirada da recepção e levada para o setor jurídico, no segundo andar, por conta do comportamento descomedido”.

Helenah destacava em seu corpo a importância de sua performance do gênero feminino, além de uma abertura para uma construção corporal e de um gênero ainda incompletos, na visível e simultânea performance do gênero masculino. Nesse sentido, ao nos depararmos com o e-mail que solicitava o seu desligamento alegando um comportamento inadequado, coloca-se o questionamento, o que seria ser adequado? Onde estariam os equipamentos, instrumentos, cores que nos tornam adequados? Quem responde essa pergunta, como dito, é a Heteronormatividade. Miskolci (2009) afirma que a heteronormatividade condiciona uma ordem, em que devem se apresentar as características criadas para definir o que é tipicamente do ser homem, ou do ser mulher, para os sujeitos que habitam uma determinada sociedade. Essa ordem segue um modelo estabelecido por um padrão dito como normal. Gays, lésbicas, pessoas de identidades trans que aderem ao modelo social, são mais facilmente absorvidas pelos contextos institucionais, incluindo instituições de trabalho formal. A vivência de preconceitos, estabelecida muitas vezes a partir

de falas direcionadas à jovem, por pessoas que compõem o universo do programa, como exemplos foram registradas em diário de campo:

“A sandália dela é menor que o pé, fica muito feio”

“Você não tem vergonha de andar assim?”

O heteroterrorismo está presente nas instituições. A partir do processo de exclusão de Helenah pode-se reconhecer que o programa estava incluído nessa dinâmica, em que se insere um regime de verdade e o estabelecimento de saberes que, sobretudo, servem ao controle e à institucionalização de corpos que devem ser assujeitados e submetidos (CARVALHO, 2014). Como segue no e-mail recebido da instituição de desenvolvimento técnico:

“Minha preocupação é com relação às recuperações de aprendizagem que ela deve fazer para conseguir acompanhar o conteúdo e não está sendo possível fazer avaliação dela nesta Unidade Curricular”.

Além disso, a instituição apresentava dificuldades técnicas no sentido de integrar a jovem ao grupo de estudantes pedindo ajuda:

“Precisamos de sugestões de como integrá-la”.

Por outro lado, diante do silenciamento dos corpos que transgridem a heteronorma, também são acionados dispositivos de resistência (ACOSTA, 2019). Dentre esses dispositivos, está o enfrentamento das imposições a que são submetidas as identidades fluidas de gênero. Helenah confrontava a heteronorma institucional quando, ao utilizar por obrigatoriedade seu uniforme, ela o fazia de modo estilizado, tornando-o uma roupa mais justa ao corpo, marcando sua forma em construção. Ao ser indagada sobre o modo “errado” como vinha fazendo uso do uniforme, ela combatia dizendo que a obrigatoriedade conduzia o uso e não o modo. Ou seja, Helenah tomava o uniforme como produção discursiva de seu corpo utilizando a própria norma institucional para tal, como citado por ela:

“Assim fica muito mais bonito. Eu fico com o corpo mais bonito e to usando o uniforme não tem como ninguém brigar comigo”.

Ainda assim, o distanciamento entre sua identidade fluida e a exigência de uma adequação de seu gênero à instituição, atravessados pelo confronto integral que a própria existência de Helenah promovia, aumentavam as tensões e a colocavam diante de enfrentamentos e violências que compuseram seu distanciamento dos processos educacionais e profissionalizantes, que faziam parte da proposta institucional. Assim tem-se registrado em email:

“(...) há muitas aulas que ela vem faltando no curso”.

“Infelizmente não consegui contato com ela (...)”

A transfobia encontra-se naturalizada nos cotidianos institucionais; Bento (2011) fala especificamente dos cotidianos escolares, onde a transfobia precariza ainda mais a vida de pessoas de identidade trans. Helenah encontrava-se em um programa de formação técnico-profissional em que a dinâmica escolar estava presente em sua rotina de trabalho/estudo, que incluía a formação técnica em instituição educativa específica. Essa não se diferenciou de outros ambientes de aprendizado, nos quais se repetiu a desumanização e a exclusão. Bento (2011) afirma que “na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão” (BENTO, 2011, p. 555), que Helenah registrou em uma tarefa de atividade de formação:

“Tipo! pra mim o preconceito existe e eu nem sei como falar disso direito porque eu vivo ele porque me sinto uma mulher”.

“Bom, então vamos lá! Eu me sinto mal no curso. As pessoas não gostam de mim lá. O trabalho é muito importante é complicado também isso do preconceito e as pessoas te apontando e rindo de você”.

AFRONTAMENTOS E ESGARÇAMENTOS NO COTIDIANO INSTITUCIONAL

Uma instituição é um espaço diverso, composto por características em que se encontram afetos, regras, atividades e funções determinadas por sujeitos que vivem relações sociais, sendo tais características próprias de dispositivos que compõem suas dinâmicas (BLEGER, 1991). Como afirma Kaës (1991), as instituições representam as culturas e as normas próprias das sociedades, regulando os sujeitos e atuando no psiquismo dos mesmos. Interessa-nos, sobretudo, a análise dos impactos das construções sociais que perpassam as rotinas institucionais e as dinâmicas de exclusão impressas na história de Helenah, assim como os afrontamentos produzidos por sua presença no funcionamento do instituído. Presença tão esgarçante que promoveu a perplexidade da equipe quando rompeu os laços com o programa de formação técnico-profissional, lançando luz nas ausências de discussão e de trabalho com sexualidade e gênero em seu cotidiano formativo, assim como de práticas de exclusão das diversidades.

Nesse sentido, merece destaque uma observação realizada. No primeiro dia, no novo local onde daria continuidade a aprendizagem, a despeito da tentativa de sua expulsão da instituição, iniciou-se com uma conversa por meio da qual se pretendia conhecer melhor a adolescente. Dentro da sala estavam a assistente social e a psicóloga. Helenah vestia o uniforme e adereços, como no primeiro encontro, indicando preferência por objetos e gestos assumidos socialmente como típicos do universo feminino. Kaes (1991) afirma que a instituição se antecipa à nossa formação enquanto sujeitos, assim ela “nos determina e nos inscreve nas malhas e no discurso” (KAES, 1991, p. 20). Helenah trazia inscrito na sua performance de gênero os discursos acerca do significado de ser mulher, uma mulher em transição, demonstrando que outros espaços institucionais pelos quais já havia passado, como a escola, por exemplo, já a compunham, assim como suas representações sobre os gêneros.

Uma das profissionais pediu para que Helenah contasse um pouco sobre ela. A adolescente apresentou a casa de Candomblé, local que frequentava há alguns meses, acompanhada pelas amigas “tudo travesti”,

segundo sua fala. O Candomblé, enquanto religião de matriz africana, tem como premissa ser espaço plural, aberto e que, segundo Romba (2015, p. 11), possibilita para as pessoas de identidades trans “ensinamentos para poderem lidar com a sua própria condição”, o que era ausente no programa de formação técnico-profissional. Assim, a fala de Helenah sobre seus encontros e acolhimento recebido no terreiro de candomblé, apresentava em sua conta face o heteroterrorismo presente no programa em questão.

Helenah relatou a utilização de hormônios indicados pelo “Pai de Santo” do terreiro frequentado, segundo ela, “para ficar mais mulher”. Destacava, assim a importância de um corpo que expressasse sua identidade, como também do respeito ao seu processo de transicionamento. Para Pelúcio (2005), a hormonização dos corpos de pessoas de identidades trans ocorre para que as mesmas possam assumir características mais próximas aos seus sentimentos e identidades de gênero. A autora indica que a utilização de hormônios femininos se dá, em grande parte, sem orientação médica.

Destacamos que o corpo em transformação de uma pessoa com identidade trans produz, na sociedade atual, questionamentos acerca do gênero, transgredindo conceitos e determinações preexistentes (PELÚCIO, 2009), o que também pôde ser observado no programa em questão. Trata-se de corpo que carrega, em si, histórias passadas e presentes de violências, desejos e liberdades pretendidas (LUSTOSA, 2016). Aqui esse corpo sonhado foi tratado como corpo-trama. Uma trama envolve um entrecruzamento de fios, um conjunto que visa a proteção do corpo e que também conta, a partir de sua forma, de sua cor, de seu conjunto, sobre um lugar histórico, político e social. Nesse sentido, o corpo-trama de Helenah nos conta das exclusões vividas por ela desde o momento em que sua narrativa corporal passou a tramar uma forma dissidente, ou seja, uma forma que não coaduna com o esperado para seu genital de nascimento. Um corpo em transformação como o de Helenah apresenta, segundo Leite Júnior (2006), uma transgressão. Tal transgressão é considerada por esse autor como uma marca imbuída simultaneamente de uma condenação, visto que a transgressão acompanha transformações físicas que confrontam as regras impostas para o que seja ser homem ou o que seja ser mulher. Características como a monstruosidade, animosidade e

desmerecimento atravessam a existência dessas pessoas que, na sociedade, não são compreendidas como dignas de uma existência, sendo assim excluídas de processos sociais, tal como o trabalho formal. Contudo, as afrontas ao instituído seguiam denunciando as miopias institucionais, pautando reuniões de equipe:

“Vamos ter que colocar ela num setor onde as pessoas não a vejam”

Alvarez e Passos (2009) afirmam que cartografar necessita do habitar a experiência. Habitar compreende “implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção” (p. 131). Só então é que se revela o, até então, desconhecido. Isso ocorre com mergulhos profundos na realidade investigada e com um relacionar-se entre sujeito e objeto em equalização frequente. Esse movimento pode ser observado na relação com Helenah, que nos convocava continuamente a uma aproximação para além da rotineira. Sua existência e seu corpo tornaram-se um crescente esgarçamento da rotina, produzindo a necessidade de investigação do sentido do trabalho de inserção e permanência no programa em questão. A cada mergulho em sua história ou na realização de uma intervenção, sua existência expunha a impermeabilidade da instituição, estabelecida sobre contornos muito rígidos daquilo que era reconhecido como humano e válido dentro do seu cotidiano, reproduzindo protocolos que mais reforçavam preconceitos do que de fato colaboravam para uma relação mais empática com a jovem. Assim, encontra-se em registros de prontuários:

“Foi realizado uma reunião com a mãe da jovem e equipe para informar as faltas e as dificuldades que estamos enfrentando e a importância da adesão delas aos programas da assistência oferecidos para que a jovem pudesse permanecer no trabalho. Orientamos um atendimento no CAPS para sexta feira às 15h.”

“A mãe e a jovem não compareceram no atendimento no dia combinado.”

Para que Helenah permanecesse no programa de formação técnico-profissional, segundo os modos institucionais heteronormativos, seu nome deveria coadunar com sua postura. A confusão entre nomes e imagem não podia estar presente. Perguntou-se *“como você gostaria de ser chamada?”*. Ela demonstra não entender a pergunta. Sorri, um sorriso quase constrangedor, e diz: *“Como assim?”*. Perguntávamos sobre o seu nome social. Este se apresenta como uma alternativa para tentar minimizar uma das problemáticas relativas à inserção de pessoas Trans em espaços institucionais, tais como escola e serviços de saúde. Porém, faz-se necessária uma reflexão acerca da efetividade mais plena dessa ação, que visa minimização de preconceitos.

Segundo o decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, nome social trata-se de *“designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”* (BRASIL, 2016). Bento (2014), ao problematizar a questão do nome social, atravessa-nos com o questionamento: *“o que a lei que permite a utilização do nome social muda na vida dessas pessoas?”*. A mesma responde de maneira não menos impactante, *“nada”*. A afirmação da autora vem no sentido de destacar que a existência de dois nomes, o social e o de registro de nascimento, perpetuam muitas formas de discriminação. Na prática, o sujeito que rompe com a heteronorma e tem o nome social utilizado como recurso que pretende minimizar os efeitos de preconceitos e violências, impede a promoção de uma identificação real de uma pessoa trans. O gesto de inclusão do nome social, para Bento (2014), desloca a uma distância higiênica demarcando os limites entre a normalidade e acentuando a dissonância presente entre a sua identificação corporal e a construção de sua subjetividade.

Ainda assim, compreende-se que nome social se apresenta como um recurso temporário que pode favorecer o acesso a direitos como à saúde, à educação e o crescimento profissional, visto que a utilização do mesmo pode diminuir o desconforto existente, resultantes da dissonância entre expressões de gênero e o registro de nascimento de uma pessoa de identidade trans.

Destaca-se que a legislação que pondera sobre o nome social deu início a discussões acerca da jurisdição que envolve a retificação de nome. Foi a partir dessas discussões que, em 2018, tornou-se possível a aplicação do provimento nº 73 de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a mudança do

nome civil e do gênero em cartório. A decisão torna-se um marco nos ganhos dos direitos LGBTQI+, pois autoriza pessoas de identidade trans a retificarem seus nomes e gênero em documentos oficiais sem a necessidade de uma longa e penosa tramitação jurídica. Contudo, por se tratar de uma jovem menor de idade, Helenah não poderia usufruir desse ganho legal, sendo o nome social a saída possível para a minimização do desconforto institucional e de seu sofrimento.

Visto que a jovem afirma, em diversos momentos, que se sentia uma mulher, e a problematização pela instituição acerca do modo como ela deveria ser tratada, ela então solicita que seja oficialmente chamada de Helenah. Modificou-se seu cadastro dessa forma, tendo o seu nome feminino apresentado para toda equipe. Promoveu-se, assim, novo experiente no programa de formação técnico-profissional que passou a contar com a possibilidade do nome social nos prontuários, até então, não aventada. Afronta-se, assim, a imposição de uma identidade que exclui a possibilidade de uma continuidade construtiva de pessoa. Problematiza-se a definição de um gênero que é familiar à heteronormatividade institucionalizada, além de mecanismo de manutenção e de diminuição de angústia frente a soberania do caráter processual do desenvolvimento físico, psíquico e social do ser humano.

Devido às configurações institucionais normatizantes, foram feitas solicitações para que a adolescente passasse por algumas adequações. As adequações previam orientações sobre a higiene pessoal, sobre os modos de se vestir (a adolescente usava o uniforme amarrado acima da cintura exibindo a barriga), a utilização de sapatos adequados (os sapatos da adolescente eram quase sempre rasteiros e de tiras exibindo os pés sujos e maiores que o sapato), a altura da voz (a adolescente não se detinha diante da euforia, falando sempre alto e rindo muito), orientações para que ela não pedisse dinheiro para as pessoas no trabalho (havia também uma queixa de que a adolescente frequentemente pedia dinheiro alegando estar com fome ou com alguma dívida). Assim, de diferentes formas sua presença seguia incomodando o cotidiano.

A cultura heteronormativa institucional visava continuamente promover o apagamento de seu corpo, não se tratando aqui de uma metáfora, mas de algo

concreto, que se deu a partir das inúmeras fugas realizadas por ela de dentro do ambiente laboral para a rua. Lugar onde, junto com o terreiro de candomblé, parecia promover a possibilidade da existência de seu corpo em construção.

Em uma das conversas com Helenah, foi retomada a questão da prostituição, visto que a mesma vinha deixando mais evidente uma possível relação com a mesma. Contudo, sua postura foi a de absoluta negação, revelando a falta de confiança em relação à equipe do programa, alimentada pela condição estabelecida de um suposto saber institucional que sempre se direcionava a ela ordenando como deveria fazer, se comportar, ser. Nas brechas em que sentia algum acolhimento, a jovem contava algo sobre seu processo de transicionamento de gênero. Como, por exemplo, quando contou sobre ter escolhido o nome Helenah com uma amiga, que é trans, segundo ela:

“É uma amiga que gosto muito que me batizou com esse nome.”

Só posteriormente Helenah revelou que a amiga a quem se referia era uma mulher trans em situação de prostituição. Destaca-se que o processo de transformação, de passagem de um gênero para outro, tem uma acentuação potente nas ruas. Pelúcio (2005, p. 74) refere que tanto a noite quanto a rua constituem uma territorialidade em que “as travestis podem ter vidas mais viáveis, ainda que para vivê-las tenham que aceitar os códigos de classificação que as movem para as sombras, em mais um dos paradoxos constituintes das travestilidades”. O que não é aceito nos lugares sociais instituídos cabe na rua, cabe em seus códigos, nas relações sociais assumidas como legítimas pelos agentes que compõem esse território. Nesse sentido, a mesma autora afirma que a rua aparece enquanto espaço importante de aprendizado e apresenta o universo que permeia os desejos e os corpos inscritos nos sonhos de tornar-se ou sentir-se de outro gênero. Além disso, é frequente o amadrinhamento por parte de outras pessoas trans. Essas, já inseridas nesse contexto, são promotoras dos aprendizados que envolvem o tornar-se o corpo que se quer ter/ser. Diferentemente da inserção de Helenah no programa de formação técnico-profissional, a rua não promove contenção, ao contrário, permite a

construção de uma identidade e de um corpo que ultrapasse os limites da heteronormatividade, o que de outro modo, muitas vezes, não é permitido.

A relação entre trabalho e transsexualidade, vivida em ambiente institucional, foi observada em uma pesquisa realizada por Nogueira (2018), que visou compreender qual a relação de mulheres trans com o trabalho formal em uma cidade do estado do Rio Grande do Norte. O autor observa que o trabalho não possui para elas um sentido de construção, de aprendizado ou de satisfação pessoal, tendo um sentido direcionado para a subsistência. Além disso, o autor destaca narrativas em que se fazem presentes vivências de violências simbólicas no local de trabalho. Essas violências simbólicas, citadas pelo autor, também estiveram presentes no cotidiano de Helenah, tanto vindas dos próprios profissionais, quanto de outros adolescentes.

Foram realizadas intervenções com os outros adolescentes no sentido de tentar exercitar com eles um acolhimento coletivo à jovem e foi, num desses encontros, que foi verbalizado por um dos garotos: *“não consigo gostar dela”*. Nesse sentido, vê-se que tais intervenções realizadas no programa foram ineficientes e tardias, como problematizado por uma das educadoras, logo após a evasão da garota: *“ela teria que estar aqui para podermos ter a chance de acolhê-la”*. Contudo, ficou explícito que o acolhimento à diversidade de gênero se faz necessário antes da chegada de alguém que rompe com a heteronormatividade, sendo essenciais propostas de discussões e formação que possam pautar o cotidiano de programas como esse, de forma a combater os processos de violência e exclusão. Fica evidente que Helenah retirou-se muito antes de sua saída efetiva. Mais do que isso, durante essa trajetória cartográfica, observou-se que Helenah nunca pôde se fazer sujeito presente no programa de formação técnico-profissional. Sua entrada foi logo uma saída. A saída do sentido de uma existência que não cabe e não caberia em um local ou em uma sociedade que não modifica suas estruturas de heteronormatividade colonizadoras.

Os sentimentos despertados pelo corpo das pessoas de identidade trans, tais como a repulsa, o medo e o nojo, não ocorrem sozinhos. Simultaneamente a esses sentimentos outros surgem, opostos ou contraditórios, eles dizem sobre a curiosidade, o desejo e a atração, tornando o

corpo da pessoa de identidade trans algo inusitado, estranho, incoerente. Dessa forma, esse corpo se apresenta como um corpo abjeto. O corpo abjeto habita o território da não identidade, por tratar-se de algo que comunica incoerências, e desestrutura alicerces onde estão construídas as noções de hegemonia e de unidade para as construções de corpo e de gênero (KRISTEVA, 1982). Além disso, o abjeto também se apresenta como o espaço do inabitável da vida humana ocupando-se apenas daqueles que não possuem status de sujeito (BUTLER, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HABITAÇÕES (IM)POSSÍVEIS

Helenah nos apresenta um processo de produção de si mesma que é inacabado e habitado pela pluralidade permanente de sua construção. Indicando, sobretudo, a inadequação do programa que desrespeita quem ela é, assim como a todos e todas que não se adéquam aos ditames da heteronormatividade. A presença de Helenah demonstrou negligência de agentes públicos e de instituições privadas, além da carência de discussão das questões de sexualidade e gênero nos âmbitos do programa.

Lustosa (2016) afirma que não é possível, para uma existência trans, a vivência de ideias de como deve ser um corpo, de que um gênero deve ser apropriado a este ou aquele órgão, ou de que a inserção social deve vir de mãos dadas com a renúncia de quem se é. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de conhecimento sobre a diversidade em sexualidade e o gênero por equipes educacionais, como também junto a empresas que recebem aprendizes.

Helenah abandonou o programa de formação técnico-profissional e foi vista ocasionalmente por outros jovens em uma esquina da cidade, conhecida por ser uma “área de prostituição”. A última pergunta que nos resta é a que consta no título desse trabalho, só resta a ela ser puta? Quais condições são, de fato, oferecidas aos sujeitos que possuem uma identidade de gênero não binária? A resposta é dada pela própria Helenah, quando, ao ser perguntada sobre o sentido do trabalho formal na sua vida em uma atividade educativa, escreve, *“quero que me aceite como eu sou, tipo, não pelo fato de acolher,*

não! Contrário, porque se alguém quer mesmo a gente para trabalhar vai ter que aceitar seus defeitos”, demonstrando toda inabilidade institucional em lidar com a diferença, tratada então, como necessidade de adequação.

Um tempo mais longo após sua saída do programa, Helenah reapareceu. Irreconhecível, trazia no corpo a expressão de apagamento inculcada ao longo desse e de tantos outros processos de exclusão disfarçados de inclusão. Os cabelos curtos, as roupas de um menino e um pedido *“me chame de Otávio”*. Diante do susto, questiona-se, *“o que aconteceu?”*, e ela responde *“Você entende de política? Esse presidente que ganhou dizem pode machucar pessoas como eu. Eu estou com medo de andar na rua e de ser como eu sou por isso abandonei a Helenah e agora voltei a ser Otávio”*

A fala refere-se à ascensão do conservadorismo firmado a partir das últimas eleições presidenciais e que se fundamentam em ações e prerrogativas contrárias aos movimentos sociais LGBTs e pesquisas acadêmicas. A fala de Helenah alerta-nos insistentemente para a vulnerabilização dessa população atravessada por um cotidiano de violência, de preconceito vivido e de desatendimento aos direitos fundamentais, que resultam em exclusão social e desamparo. Demonstra, ainda, a precariedade do acesso à cidadania por parte da população LGBTQI+ (JESUS, 2012). Tais questões são tratadas pela ala conservadora da política nacional como algo de menor importância ou inexistentes, justificando também a fala de Helenah e reforçando ainda mais o apagamento da sua identidade de gênero.

A atuação da psicologia nesse contexto esbarrou em diversas dificuldades. Ainda que as orientações para a equipe que compunha o ambiente de trabalho tenham sido realizadas, o contexto de aprendizagem técnica e teórica que compõe o programa apresentou seus próprios desafios. Seria imperioso que os profissionais que atuam com educação estivessem melhores preparados para atuar com questões de gênero. A mediação entre os responsáveis pelo programa e a adolescente tornaram-se um imenso desafio visto a complexidade de afetos que se apresentaram. A inconformidade com a norma, inscrita no corpo de pessoa de identidade trans e sua (in)adequação ao que exige o mundo do trabalho, são levados ao extremo, sentidos em toda equipe de trabalho e os mais profundos tensionamentos tornam-se presentes.

O caráter de construção presente nessa história não se esgota, ao contrário, torna imprescindível que outras questões sejam discutidas. Haja vista, a violência vivida pelas pessoas de identidade trans que perpassa todas as instâncias da sociedade, expressas por números que colocam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo. Tal violência tem início nas exclusões generalizadas que ocorrem diariamente e que ganham reforçamento em espaços aos quais as mesmas ocorrem sob o véu da inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, J; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, V., ESCÓSSIA L. (org.) **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

ACOSTA, T. Evasão ou expulsão escolar de gays efeminados e travestis das instituições escolares e as vidas que não podem ser vividas. **Bagoas**, Natal, v. 13, n. 20, ago. 2019.

AMORIM, S. M. G.; VIEIRA, F. S.; BRANCALEONI, A. P. L. Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98. p. 525-535, jul./set. 2013.

ASSUMPÇÃO, I. F. M., ASSUMPÇÃO, L. F. M. O provimento 73 do Conselho nacional de justiça e o procedimento extrajudicial de alteração do nome e do gênero dos transgêneros diretamente perante o registrador civil das pessoas naturais. **Colégio Notorial do Brasil**, São Paulo 16 jul. 2018. Disponível em: <https://www.cnbsp.org.br/?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=MTY1MjQ=&filtro=1>. Acesso em: 26 out 2020.

BARROS, L. M. R. D.; BARROS, M. E. B. D. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p.373-390, maio/ago. 2013.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, maio/ago. 2011.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.

BLEGER, J. O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: KAES, R *et al.* **A instituição e as instituições**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 1-39.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Secretaria Geral, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm. Acesso em: 01 nov. 2020

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências: Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Casa Civil, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 01 nov. 2020

BUTLER, J. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CARVALHO, A. F. Foucault e a crítica à institucionalização da Educação: implicações para as artes de governo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 103-120, maio/ago. 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Acerca do ritornelo. In: DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997. p. 115-170. (Volume 4)

GONÇALVES, A. L. A. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 191-200, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200013>. Acesso em: 12 jul. 2020.

HESS, R. Conversando sobre o diário de pesquisa: Entrevista com Remi Hess. In: BARBOSA, J. G. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo**. Brasília: LiberLivro. 2010. p. 77-102.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: [s.n], abr. 2012. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 20 nov. 2014.

KAES, R. Realidade psíquica e sofrimento nas instituições. In: KAES *et al.* **A instituição e as instituições**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991. p. 1-39.

KRISTEVA, J. **The power of horror**: an essay on abjection. Tradução de Leon S. Roudiez. New York: Columbia University Press, 1982.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Das maravilhas e prodígios sexuais** – a pornografia "bizarra" como Entretenimento. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação In: ALTOÉ, S. (org.) **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. Rio de Janeiro: Hucitec, 2004. p. 186-198.

LOURO, G. L. "Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUSTOSA, T. Manifesto Traveco-Terrorista. **Concinnitas**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 28, p. 385-409, set. 2016.

MISKOLCI, R. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, p. 150-182, jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/868/86819550008.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020

MISKOLCI, R. Crítica à hegemonia heterossexual. **Revista Cult**, São Paulo, v.193, n. 17, p. 32-35, ago. 2014.

NOGUEIRA, L. C. "**BEM MENINHA**": A vivência de mulheres trans* no mercado de trabalho de Mossoró. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Ufersa, Mossoró, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/1138/1/LucasCN_MONO.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020

ROMBA, R. M. **O Candomblé no Terreiro de Pilão Branco em São Paulo**: Estudo de Caso sobre o impacto da religião no cotidiano de praticantes Pessoas Trans. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais) – Programa de Pós-graduação em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Florianópolis, 2015.

PASSOS, E., BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa intervenção In: PASSOS, E., KASTRUP, V., ESCÓSSIA L. (org.) **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-74.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

PELUCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 25, p. 217-248, 2005.

SAWAIA, B.B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017. 7-13.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, mar. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Recebido em: 11/08/2020

Aprovado em: 22/10/2020